

A PERMANÊNCIA DO MIGRANTE COMO FATOR REDUTOR  
DAS DIFERENÇAS SALARIAIS: UM ESTUDO PARA  
NORDESTINOS E PAULISTAS, COM BASE NOS DADOS DAS  
PNADs 1995 E 2005

THE PERMANENCY TIME OF IMMIGRANT AS A REDUCING  
FACTOR FROM THE WAGE DIFFERENCES: A STUDY FOR  
NORTHEASTER'S AND SÃO PAULO NATIVES BASING IN THE  
DATA OF THE PNADs 1995 AND 2005

---

*Ricardo Schmidt Filho\**

*Paulo Aguiar do Monte\*\**

*Marcio Miceli\*\*\**

RESUMO

A partir da constatação do intenso fluxo migratório do Nordeste para o Sudeste do País, especificamente, para o estado de São Paulo, este artigo busca verificar as condições a qual são inseridos os trabalhadores nordestinos (migrantes) no mercado de trabalho de São Paulo. A temática em questão é analisar se os migrantes nordestinos têm as mesmas condições de trabalho (medida em termos de rendimento salarial) em relação aos nativos paulistas. Ademais, procurou-se verificar até que ponto uma maior permanência no estado de destino (São Paulo) favorece um aumento de salário e a redução dos diferenciais de rendimento existentes. Os resultados encontrados comprovam a existência de diferenciais salariais entre paulistas (nativos) e nordestinos (migrantes) a favor do primeiro, contudo evidenciam uma redução dessa diferença ao longo da permanência dos nordestinos em São Paulo.

*Palavras-chave:* Migração; Trabalho; Salário.

---

\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutorando em economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

\*\* Professor-Adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

\*\*\* Mestrando em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## ABSTRACT

From the verification of the intense migration flow from the northeast to the southeast of Brazil, specifically, the Sao Paulo state, this article tries to verify the northeastern workers in the work share of Sao Paulo. The thematic in question is to analyze if the northeastern workers have the same work conditions (measured in wage terms) as the Sao Paulo natives. Further more, tried to research until which point the prolonged stay in the state of Sao Paulo favors the wage rise and the reduction of the already existent work capacities differences. The found results proves the existence of different wage rates between the Sao Paulo natives and the northern workers in favor of the first but also proves that the prolonged stay in the state of Sao Paulo reduces that difference.

*Keywords:* Migration; Work; Wage.

## 1. INTRODUÇÃO

A migração, há anos, vem sendo alvo de vários estudos no Brasil. Um dos aspectos relevantes para a ocorrência desses fluxos migratórios é a desigualdade regional advinda desde o período colonial, quando se formaram diferentes economias regionais primário-exportadoras baseadas no trabalho escravo.

Segundo Cano (1997), superada a fase da escravidão e o conseqüente desenvolvimento das formas capitalistas de produção, consolidou-se um elevado desequilíbrio regional no Brasil, culminando na concentração da produção industrial do País na Região Sudeste (especialmente em São Paulo) na “relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de ‘centro-periferia’”.

Devido a sua força econômica – configurada na maior renda e nos indicadores sociais apresentados<sup>1</sup> –, o estado de São Paulo tornou-se, historicamente, um receptor de diversos fluxos migratórios, notadamente o de trabalhadores da Região Nordeste.

Mediante essa constatação, busca-se estudar determinados aspectos relativos à inserção no mercado de trabalho de São Paulo dos trabalhadores nordestinos que migraram para este estado da Federação. A questão crucial é analisar se os migrantes nordestinos têm as mesmas condições de trabalho (medida em termos de rendimento salarial) em relação aos nativos paulistas. As informações utilizadas neste estudo são advindas da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) de 2005.

De forma geral, as inferências obtidas apontam que, embora os diferenciais de renda estejam associados ao capital humano do trabalhador, fatores relacionados ao estado de origem do trabalhador também têm significativas influências. Tais evidências também sugerem que o maior tempo de permanência do migrante nordestino no Estado de São Paulo auxilia na redução das disparidades de renda existente, quando se compara o trabalhador paulista (nativo) e o nordestino (migrante).

---

<sup>1</sup> Baer apud Pimentel (2004) afirma que, enquanto na Região Nordeste cerca de 48% das residências possuíam água encanada em 1990, na Região Sudeste esse percentual se situava em torno de 85% no mesmo período – o mesmo ocorrendo com os serviços de esgoto (16% dos domicílios da Região Nordeste contra 70% da Região Sudeste), expectativa de vida ao nascer (no Nordeste era de 60,7 anos, enquanto no Sudeste situava-se em 88,1 anos) e taxas de mortalidade infantil (63,1% para a Região Nordeste e 26,8% para a Região Sudeste).

Para alcançar esse objetivo, o artigo foi construído com sete tópicos, incluindo esta introdução. No segundo tópico, busca-se estudar o fenômeno da migração no contexto nacional, com ênfase no fluxo NE-SE; no terceiro, procuram-se explicações para a determinação dos rendimentos dos trabalhadores segundo as principais teorias que envolvem o fenômeno da migração e da oferta de trabalho; no quarto é enfocada a questão metodológica acerca da captação dos dados e do modelo econométrico aplicado; no quinto analisam-se os dados extraídos para a amostra de nordestinos e paulistas; no sexto são descritos os resultados das regressões e, no último, reportam-se às considerações finais.

## 2. BREVE RELATO DO FENÔMENO DA MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

O fenômeno da migração no Brasil tem sido foco de intenso debate dentro das ciências sociais. Parcela significativa dos especialistas no assunto o compreende como fruto do avanço das desigualdades regionais, motivadas pelo modelo de expansão do capitalismo nacional, arquetizado em um processo de desenvolvimento industrial tardio e concentrador do ponto de vista geográfico, o qual veio a fortalecer uma única região brasileira em detrimento das demais (SILVA NETTO JÚNIOR, 2003).

Pode-se atribuir a década de 1930 como o ponto de partida para a intensificação do processo migratório brasileiro. Tais deslocamentos estavam intimamente ligados ao nascimento e à evolução do processo de industrialização nacional, desenvolvido embrionariamente na Região Sudeste, em substituição às atividades primário-exportadoras, as quais desfrutavam de grande participação na estrutura produtiva nacional, inaugurando um período onde a atividade agrícola, aos poucos, foi reduzindo a sua participação relativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (TARGINO, 1987).

Segundo Garcia Jr. (1989), as migrações da Região Nordeste para o Sudeste eram as mais comuns, devido aos maiores salários ofertados pela região onde o capitalismo industrial se desenvolvia a passos largos, bem como ao progresso dos meios de transporte, o qual se tornava cada vez mais evidente, com o desenvolvimento da malha rodoviária, construída com o objetivo de favorecer o escoamento da produção do mercado nacional e a circulação de pessoas entre as cinco regiões brasileiras. Muitas dessas viagens realizadas por nordestinos que vislumbravam alcançar, em uma outra região, a oportunidade de obtenção de uma vida mais digna e com menos carências sociais eram financiadas por industriais da Região Sudeste, os quais lhes asseguravam emprego ao chegar.

No contexto nacional, o Nordeste se caracterizava como uma região subdesenvolvida, de forte concentração demográfica, e que, historicamente, apresentava saldos migratórios negativos em relação às demais regiões brasileiras. Tradicionalmente, os deslocamentos espaciais da população nordestina eram explicados a partir de fatores climáticos. Gradativamente, essa concepção foi sendo repensada. Segundo Targino (1987), nos anos de 1950, o problema não mais perpassava pelas secas periódicas, mas se devia ao crescimento industrial do centro-sul - região próspera e enorme demandante de mão-de-obra. A partir de então, as migrações passam a sofrer de forma mais intensa as consequências da integração do mercado de trabalho em nível nacional e a crescente expansão do setor industrial brasileiro, promovendo uma alteração nas características econômicas e geográficas do País, a partir de grandes deslocamentos espaciais de indivíduos, notadamente da Região Nordeste, rumo ao pólo mais dinâmico da economia brasileira, concentrado na Região Sudeste (SILVA NETTO JÚNIOR, 2003).

A concentração espacial das atividades urbano-industriais na Região Sudeste fez do eixo Rio-São Paulo o centro capitalista nacional, o qual se tornou uma importante fonte receptora de mão-de-obra, fazendo eclodir nestas duas cidades uma classe proletária urbana. Diante desse novo cenário, o processo de migração brasileiro ganha forte destaque no que diz respeito à realocação espacial da população, tornando cada vez mais claro que a análise da dinâmica migratória em território brasileiro não poderia realizar-se separadamente do processo de desenvolvimento e da expansão do capitalismo nacional, pois era nítida a relação entre a urbanização e a aceleração dos fluxos migratórios.

Dentro dessa concepção, a migração passa a ser compreendida como resultado de um rearranjo espacial dos trabalhadores das zonas economicamente periféricas para as zonas mais robustas, onde o capitalismo encontrava-se mais desenvolvido, influenciando decisivamente na acentuação das desigualdades regionais. Apresentava-se, assim, uma das características mais determinantes do modo de produção capitalista, calcado na forma desigual que se processa a sua expansão em relação aos diferentes espaços geográficos (SINGER, 1981).

Os Quadros 1 e 2 servem para ilustrar o período de crescente intensidade migratória, tanto de caráter interestadual quanto inter-regional. Pode-se observar um considerável crescimento na taxa de intensidade migratória durante o período, visto que, em 1950, 9,86% da população brasileira migravam para outros estados em busca de maiores oportunidades, enquanto que no ano 2000 essa taxa quase duplica, alcançando o patamar de 15,33% – embora tenha se verificado um decréscimo no que se refere à taxa de crescimento das migrações interestaduais. Por sua vez, o quadro seguinte reve-

la um crescimento, tanto em termos absolutos como relativos, do número de pessoas que migraram entre regiões no período de 1950 a 2000. Em 1950, as migrações inter-regionais representavam apenas 3,96% do montante populacional existente no País. Em 1960, 1970 e 1980 verifica-se uma elevação desses números, os quais alcançam, respectivamente, o patamar de 6,31%, 7,47% e 8,91%. Em 1991, o número de migrações entre regiões se estabiliza, voltando a se expandir em 2000, em que finalmente alcança a casa dos dois dígitos.

### QUADRO 1

População residente, migrantes interestaduais, intensidade migratória e taxa de crescimento dos migrantes, para o Brasil – 1950-2000

Ano	População residente (1)	Migrantes interestaduais (2)	(2)/(1) (%)	Taxa de crescimento das migrações interestaduais (%)
1950	51.944.397	5.124.083	9,86	-
1960	70.070.457	8.184.519	11,68	59,73
1970	93.139.037	12.345.337	13,25	50,84
1980	121.611.375	18.203.818	14,97	47,46
1991	149.926.149	21.784.851	14,53	19,67
2000	170.143.121	26.083.543	15,33	19,73

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

### QUADRO 2

Brasil – População residente, migrantes inter-regionais, relação entre migrantes inter-regionais e população residente, relação entre migrantes inter-regionais e migrantes interestaduais 1950 – 2000

Ano	População residente (1)	Migrantes inter-regionais (2)	(2)/(1) (%)	Relação migrantes inter-regionais / migrantes interestaduais (%)
1950	51.944.397	2.056.159	3,96	40,13
1960	70.070.457	4.422.114	6,31	54,03
1970	93.139.037	6.960.634	7,47	56,38
1980	121.611.375	10.839.101	8,91	59,54
1991	149.926.149	12.559.557	8,38	57,65
2000	170.143.121	17.017.310	10,0	65,24

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Percebe-se, portanto, que o fenômeno da migração ainda persiste no Brasil. A sua intensidade é comprovada por meio dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 1980, 1990 e 2000, onde se verifica um fluxo migratório bastante intenso de cidadãos que residiam no Nordeste em direção à Região Sudeste. Vale salientar que nenhuma outra região recebeu tantos nordestinos como a Sudeste, constituindo-se, portanto, um grande pólo de atração de mão-de-obra nordestina.

### 3. A MIGRAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO

Uma vez que se compreende o fenômeno da migração inter-regional no Brasil, em especial a que ocorre entre as regiões Nordeste e Sudeste do País, como uma consequência de fatores econômicos, é importante também focar a relação entre este fato e seus impactos no mercado de trabalho.

A interação entre agentes ofertantes, migrantes ou nativos, e demandantes no mercado de trabalho tem como foco principal a determinação do preço da mercadoria transacionada nesse mercado (salário) que será determinada pelo livre jogo de oferta e demanda de trabalho. No entanto, essas colocações são feitas em uma perspectiva microeconômica, assumindo a homogeneidade da mão-de-obra. Segundo Lima (1980), a mercadoria trabalho não possui o grau de homogeneização requerido para que seja tratada como um único bloco que pudesse ser agregado. Contudo, apesar do reconhecimento de que a mão-de-obra possui distintas qualidades, esta continuou a ser tratada como um produto homogêneo e a ter seu preço determinado pelo encontro das duas curvas. Assim, por muito tempo, o mercado de trabalho pode ser compreendido como um conjunto de relações e interações entre firmas e trabalhadores que, em nível agregado, determina o nivelamento de emprego e salário e suas estruturas.

Diversas teorias procuram abordar a questão da inserção no mercado de trabalho, cada uma enfocando sob um determinado prisma a questão salarial. Um primeiro enfoque a ser citado reporta-se à questão da qualificação do trabalhador (educação, treinamento, experiência, migração – vista como indicador de ambição pessoal, em que o trabalhador dará o máximo de si para conseguir ingressar em boa situação ocupacional e maximizar os rendimentos do seu trabalho) como fator fundamental no incremento da produtividade e, conseqüentemente, na maior receita gerada ao empregador, influenciando positivamente na maior aceitação do trabalhador no mercado de trabalho e no seu salário.

Uma segunda abordagem refere-se à estrutura social e suas desigualdades que, de acordo com Sorensen apud Biagioni (2006), podem definir o acesso a diferentes

posições no mercado de trabalho: no mercado primário os postos possuem melhores rendimentos, condições de trabalho, estabilidade e possibilidade de ascensão ou no mercado secundário, em que fatores como educação não significam, necessariamente, maior salário, e os empregos são mais frágeis – os chamados “bad jobs”. Assim, observa-se que podem existir diversos segmentos de mercados de trabalho, cada um possuindo características específicas principalmente quanto aos postos de trabalho. Um tipo de mercado (por exemplo, o mercado primário) seria identificado como aquele que concentra os empregos do setor moderno da economia, as ocupações que têm as características de hábitos de trabalho e emprego estáveis, salários relativamente altos, progresso técnico, produtividade alta e a existência de canais de promoção ocupacional dentro das próprias firmas. Por sua vez, o mercado secundário seria caracterizado por alta rotatividade da mão-de-obra, salários relativamente baixos, precárias condições de trabalho, estagnação tecnológica e baixa produtividade. [LIMA, 1980, p. 235-236] (CORREIA; GOMES FILHO, 1997).

Um terceiro enfoque pode ser pautado na crítica à hipótese de informação perfeita no mercado de trabalho, visto que, para muitos estudiosos, as informações inacessíveis a todos os agentes, em virtude, na maioria das vezes, dos custos necessários a sua obtenção. Para Stigler (1962), o fato de a informação não ser livre faz com que o mercado não funcionasse em moldes de concorrência perfeita. Dessa forma, tanto o demandante de mão-de-obra quanto o ofertante não possui informação completa a respeito do mercado de trabalho, especificamente, a produtividade e o desempenho profissional do ofertante (no caso do demandante) e as oportunidades de emprego disponíveis e suas respectivas remunerações (no caso do ofertante).

Assim, o fenômeno da migração e seus impactos no mercado de trabalho, em especial, a determinação do salário do trabalhador, podem ser analisados baseado em diferentes enfoques teóricos. Neste ensaio não está se procurando avaliar qual(is) abordagem(ns) encontra-se em consonância com o fluxo migratório, apenas que a mesma sirva de aparato teórico para relacionar tal fenômeno à situação no mercado de trabalho.

#### 4. METODOLOGIA E BANCO DE DADOS

O rendimento do trabalhador é influenciado por características pessoais, econômicas, sociais e culturais. No caso desse estudo, procura-se estimar de que forma determinados atributos influenciam na determinação da renda do trabalho. Para tal, aplicou-se um modelo econométrico linear, tendo como variável dependente o logaritmo



natural do rendimento no trabalho principal dividido pela jornada de trabalho, mensurada em horas no mês.<sup>2</sup> As demais variáveis – consideradas explicativas – inseridas no modelo são variáveis *dummies* (assumem valor zero ou um) que indicam a presença ou ausência de determinado atributo, visando captar os efeitos de mudanças nas variáveis explicativas sobre a variável dependente. A escolha das variáveis se justifica à medida que elas aparecem nos modelos teóricos como determinantes do nível de renda obtida no mercado de trabalho.

Serão estimadas duas equações: a primeira objetiva analisar os componentes do rendimento do trabalhador, procurando-se identificar uma possível disparidade salarial em favor dos paulistas; enquanto a segunda é restrita aos migrantes nordestinos e tem como objetivo maior analisar a influência do tempo de migração na determinação da renda obtida no trabalho principal.

Na primeira equação, a relação funcional usada foi:

$$Y = f(N, G, R, E, I, S; \varepsilon) \quad (3.1)$$

Onde Y = representa o logaritmo natural do salário, por hora, obtido no trabalho principal; G indica o gênero do indivíduo; R representa a raça do indivíduo; E indica a escolaridade do indivíduo; I representa a faixa etária do indivíduo; S indica o segmento de mercado de trabalho no qual o trabalhador encontra-se ocupado;  $\varepsilon$  são as perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Dessa forma, as variáveis explicativas envolvidas na estimação do primeiro modelo foram representadas por um conjunto de variáveis indicadoras, detalhadas a seguir:

- Nativos (N). Foi usada uma variável indicadora que assume valor 1 para paulistas que nunca migraram e 0 para nordestinos que migraram para São Paulo.
- Gênero (G). É variável indicadora para os homens, ou seja, assume valor 1 para homens e 0 para mulheres.
- Raça (R). Foi usada uma variável indicadora que assume valor 1 para indivíduos de cor branca e 0 para indivíduos de demais raças.
- Escolaridade (E). Usaram-se 4 variáveis indicadoras: Escolaridade 1 a 3, Escolaridade 4 a 7, Escolaridade 8 a 10 e Escolaridade 10+; sendo a categoria menos de 1 ano de escolaridade usada como referência.

<sup>2</sup> Só foram considerados os trabalhadores ocupados com renda no trabalho principal positiva.

- Idade (I). As variáveis indicadoras usadas foram: de 25 a 30, de 31 a 40 e de 41 a 65 anos; sendo usada a variável de 16 a 24 anos como referência.<sup>3</sup>
- Formal (S). Assume valor 1 para trabalhadores ocupados no setor formal e 0 para o setor informal.<sup>4</sup>

Assim, a equação estimada será representada por doze variáveis indicadoras – estimando-se doze parâmetros. Portanto, a relação funcional apresentada na equação 3.1 pode ser representada da seguinte forma:

$$Y_i = \phi + \alpha_1 N_{1,i} + \beta_1 G_{1,i} + \gamma_1 R_{1,i} + \sum_{j=1}^4 \sigma_j E_{j,i} + \sum_{j=1}^3 \mu_j I_{j,i} + \eta_1 S_{1,i} + \varepsilon_i \quad (3.2)$$

Onde i representa o i-ésimo trabalhador (i=1, 2, 3,...,n) e  $\phi$  é a constante.

A segunda equação estimada tem como objetivo maior verificar se a permanência no estado de São Paulo corrobora para aumentos salariais do migrante nordestino - reduzindo, portanto, o diferencial salarial. A relação funcional usada foi:

$$Y = f(N, G, R, E, I, S, T; \varepsilon) \quad (3.3)$$

Onde Y = representa o logaritmo natural do salário, por hora, obtido no trabalho principal do migrante nordestino; G indica o gênero do indivíduo; R representa a raça do indivíduo; E indica a escolaridade do indivíduo; I representa a faixa etária do indivíduo; T indica o tempo de permanência no estado de São Paulo;  $\varepsilon$  são as perturbações aleatórias associadas ao modelo. Portanto, comparativamente à primeira relação acrescentou-se a variável Tempo de Migração (onde foram usadas 2 variáveis indicadores: Migrante 5 a 9 e Migrante 10+; sendo a variável Migrante 0 a 4 utilizada como base) e retirou-se a variável Nativo (N), visto que a análise foi restrita aos migrantes. Assim, a relação funcional desta segunda equação tem a seguinte representação:

$$Y_i = \phi + \beta_1 G_{1,i} + \gamma_1 R_{1,i} + \sum_{j=1}^4 \sigma_j E_{j,i} + \sum_{j=1}^3 \mu_j I_{j,i} + \eta_1 S_{1,i} + \sum_{j=1}^2 \phi_j T_{j,i} + \varepsilon_i \quad (3.4)$$

<sup>3</sup> A amostra foi limitada aos indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos e igual ou inferior a 65 anos.

<sup>4</sup> Considerou-se ocupado no segmento formal o trabalhador com registro de Carteira assinada, o servidor público, o militar ou o empregador; de outro lado, no segmento informal do mercado de trabalho, o trabalhador sem Carteira assinada, o sem-remuneração, o autônomo ou o conta-própria.

### QUADRO 3

Percentual de homens e mulheres migrantes por estado do Nordeste – 1995 e 2005

Estado/Ano	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Maranhão	48,00	52,00	46,43	53,57
Piauí	54,84	45,16	44,49	55,51
Ceará	53,80	46,20	48,21	51,79
Rio Grande do Norte	50,71	49,29	54,61	45,39
Paraíba	49,09	50,91	45,24	54,76
Pernambuco	48,07	51,93	47,98	52,02
Alagoas	50,74	49,26	44,78	55,22
Sergipe	51,12	48,88	47,10	52,90
Bahia	47,85	52,15	46,60	53,40
<b>TOTAL</b>	<b>49,38</b>	<b>50,62</b>	<b>46,98</b>	<b>53,02</b>

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

Focalizando a análise no ano de 2005, percebe-se que a maioria dos migrantes continua sendo constituída por mulheres, contudo em uma margem bem maior do que a apresentada em 1995. O único estado que apresentou na metade da década de 1990 um maior percentual de homens migrantes foi o Rio Grande do Norte. Uma análise comparativa dos dois quadros nos permite concluir que nessa década houve um acirramento da tendência migratória feminina, com um aumento relativo de 2,40%, representando uma continuidade no perfil do migrante nordestino verificado no ano de 1995.

#### 5.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

As informações acerca da idade média e do grau de escolaridade da amostra selecionada estão contidas nos quadros seguintes. O Quadro 4 contém elementos sobre a idade média, por gênero, dos migrantes nordestinos e dos paulistas (nativos). Por meio do mesmo, verifica-se que as mulheres nos dois grupos possuem em média idades superiores às dos homens e que o grupo composto pelos paulistas possui média inferior à dos nordestinos. Percebe-se, ainda, que ao longo do período em análise ocorreu um aumento da idade média para todos os grupos e gêneros.

No intuito de avaliar descritivamente e econometricamente a composição da renda do trabalhador, utilizaram-se as informações contidas nos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1995 e 2005, do IBGE. Para a formação do banco de dados do estudo foram criados dois grupos distintos formados por trabalhadores ocupados no estado de São Paulo: o primeiro grupo é composto por nativos paulistas que nunca migraram, e o segundo grupo é formado por migrantes nordestinos<sup>5</sup>.

## 5. INFORMAÇÕES DESCRITIVAS DOS MIGRANTES NORDESTINOS QUE RESIDEM EM SÃO PAULO E DOS PAULISTAS QUE NUNCA MIGRARAM

A partir da compreensão da existência da segmentação no mercado, parte-se para a verificação desta entre dois grupos que participam do mercado de trabalho no estado de São Paulo. O denominado Grupo 1 é constituído por nordestinos que migraram para São Paulo, enquanto o Grupo 2 é formado por indivíduos que nasceram em São Paulo e nunca migraram. A finalidade na definição dos grupos é verificar se o estado de origem do trabalhador tem influência na determinação da sua renda. Além desta, outras variáveis também serão analisadas por meio de um estudo descritivo e econométrico.

A amostra inicial foi formada por 46.251 observações (20.809 em 1995 e 25.442 em 2005), das quais a maioria é composta por trabalhadores do gênero feminino (51.8%) – fato que pode ser observado no Quadro 3 por meio da análise por estado de origem, é possível perceber uma predominância das mulheres migrantes em relação aos homens nos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Paraíba.

---

<sup>5</sup> Entende-se por migrantes nordestinos, neste estudo, os trabalhadores da região que migraram para o estado de São Paulo e por lá permaneceram até o momento da pesquisa.

**QUADRO 4**

Idade média dos migrantes nordestinos e dos nativos paulistas, em anos – 1995 e 2005

População/Gênero	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nordestinos	38,71	37,84	39,84	40,04
Paulistas	35,60	36,34	35,7	36,67

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

No Quadro 5 busca-se observar o percentual populacional por grupos e gênero que possui mais de 10 anos de estudo. Este dado foi utilizado para indicar o maior grau de escolaridade de um grupo com relação ao outro. Os resultados alcançados apontam para uma elevação nos percentuais para os dois grupos e para os dois gêneros ao longo do período em análise. Verifica-se que as mulheres nos dois grupos e nos dois anos possuem um percentual com mais de 10 anos de estudo superior ao dos homens. Também se verificou que o número de paulistas com mais de 10 anos de vida escolar é bem superior ao apresentado pelos nordestinos, indicando, portanto, um diferencial considerável de capital humano.

**QUADRO 5**

Percentual da população com mais de 10 anos de estudo – 1995 e 2005

População/Gênero	1995			2005		
	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres	Média
Nordestinos	8,6	9,7	9,2	17,7	23,9	20,8
Paulistas	31,2	32,3	31,8	52,4	54,1	53,25

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

**5.2 SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

A descrição quantitativa da amostra a respeito da sua situação no mercado de trabalho está expressa nos Quadros 6 a 10. O objetivo é verificar a existência de comportamentos similares entre os indivíduos migrantes e os nativos, bem como perceber a ocorrência de alguma mudança na distribuição destes ao longo do período de análise.

Inicialmente, o Quadro 6 procura diferenciar os dois grupos por meio da situação econômica, ou seja, se economicamente ativo ou inativo. Percebe-se que para os dois

anos estudados, o percentual de indivíduos economicamente ativos entre os paulistas é maior que o verificado entre os nordestinos migrantes - tendo esse *gap* aumentado em 2005 – no entanto, os valores encontrados são bastante próximos, indicando que não existe uma diferença significativa de comportamento entre os agentes.

### QUADRO 6

Percentual de indivíduos nordestinos e paulistas, por situação no mercado de trabalho – 1995 e 2005

Situação no Mercado de Trabalho	1995		2005	
	Nordestinos	Paulistas	Nordestinos	Paulistas
Economicamente ativo	72,06	72,65	76,27	77,06
Não-economicamente ativo	27,80	27,33	23,71	22,93
Sem declaração	0,14	0,02	0,02	0,01
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

O Quadro 7 procura detalhar um pouco mais a análise anterior, resumindo seu diagnóstico aos indivíduos que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA). Assim como na descrição anterior, nota-se que os grupos apresentam comportamentos similares, embora seja possível verificar que o grau de ocupação entre os paulistas é maior em relação ao verificado para os nordestinos migrantes e que essa diferença aumentou em 2005, bem como elevou o percentual de desocupados nos dois grupos.

### QUADRO 7

Percentual de trabalhadores nordestinos e paulistas, segundo sua situação no mercado de trabalho – 1995 e 2005

Situação da PEA no Mercado de Trabalho	1995		2005	
	Ocupados	Desocupados	Ocupados	Desocupados
Nordestinos	93,18	6,82	88,98	11,02
Paulistas	93,31	6,69	89,61	10,39

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

O Quadro 8 apresenta o percentual populacional, por grupos e por setor de colocação no mercado, formal ou informal. Esse dado torna-se importante para indicar o maior grau de escolaridade de um grupo com relação ao outro. Os resultados alcançados apontam para uma elevação do percentual de nordestinos no mercado de trabalho informal, o que pode indicar uma maior precarização das atividades exercidas por

estes ao longo da década em estudo. O resultado inverso, com uma mudança em menor grau, é observado para o grupo dos paulistas.

### QUADRO 8

Percentual de trabalhadores migrantes nordestinos e nativos paulistas ocupados no mercado formal e informal – 1995 e 2005

População/Segmento de Mercado	1995		2005	
	Informal	Formal	Informal	Formal
Nordestinos	39,61	60,39	44,97	55,03
Paulistas	39,77	60,23	38,15	61,85

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

### 5.3 REMUNERAÇÃO

Os últimos quadros da análise descritiva enfocam a questão da remuneração salarial, relacionando-a à educação e ao tempo de migração. Diante do Quadro 9 desenvolve-se uma análise de informações referente à renda dos dois grupos selecionados na pesquisa na qual se observa que, tanto para 2005 como para 1995, a renda média dos nordestinos é inferior à dos paulistas (em 2005 ela correspondia a 61,13% da renda dos paulistas, enquanto em 1995 era de 72,55%) e que houve um crescimento da renda dos nordestinos no período (40,57%) superior ao observado para o grupo composto por paulistas (66,83%). Uma outra forma de analisar o quadro é observando o tempo de permanência do migrante nordestino no estado de São Paulo. Por meio desse enfoque, é possível notar que a renda média dos nordestinos apresenta um aumento à medida que o tempo de permanência se eleva, indicando assim que o tempo de duração na região é fator positivo para uma melhor inserção do nordestino no mercado de trabalho de São Paulo.

### QUADRO 9

Renda média dos nordestinos, por tempo de permanência, e paulistas – 1995 e 2005

Tempo de permanência	1995	2005	1995	2005
	Nordestinos	Nordestinos	Paulistas	Paulistas
Até 4 anos	358,44	514,69	—	—
De 5 a 9 anos	406,09	635,87	—	—
Acima de 10 anos	525,80	709,79	—	—
Média	488,68	686,96	673,51	1.123,64

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

No quadro seguinte, efetua-se uma comparação dos rendimentos por gênero. Observa-se que para os dois anos os homens, apesar de possuírem um nível de escolaridade inferior, acabam por receber um rendimento superior ao das mulheres. Entre os nordestinos o diferencial era de 46,85% em 2005, já em 1995 esse índice subiu para 81,80%. Por sua vez, entre os paulistas, o diferencial era de 73,63% (1995) e passou para 49,76% (2005). Observa-se, ainda, que, independentemente do gênero do trabalhador, os nordestinos possuem uma renda média inferior à dos paulistas.

### QUADRO 10

Renda média dos nordestinos e dos paulistas, por gênero – 1995 e 2005

Naturalidade	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nordestinos	583,09	320,72	795,8	541,91
Paulistas	807,13	464,85	1.308,91	873,96

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

No Quadro 11, busca-se observar a renda a partir da quantidade de anos de estudo, por grupos, bem como analisar se dentro de cada grupo de escolaridade o rendimento aumenta com a permanência do nordestino no estado de São Paulo. Observa-se que, em 2005, com exceção do último grupo - indivíduos com mais de 15 anos de estudo, – a tendência foi de crescimento da renda ao longo da permanência do nordestino na região. Contudo, os grupos apresentam médias de rendimento inferiores às dos paulistas. As únicas exceções residem no grupo com mais de 15 anos, dos nordestinos que estão no Sudeste de 5 a 9 anos e dos que estão há mais de 10 anos, que apresentaram rendas médias superiores às dos paulistas. No grupo de 5 a 9 anos, a elevada média se deve a um indivíduo, cujo rendimento é de R\$ 17 mil, acabou fazendo com que a média se elevasse.



**QUADRO 11**

Renda média dos nordestinos e dos paulistas, por grau de escolaridade – 1995 e 2005

1995				
Grau de escolaridade	Nordestinos			Paulistas
	Até 4 anos	De 5 a 9	Acima 10	
Menos de 4	267,11	312,08	358,68	286,56
De 4 a 7	304,56	351,28	495,71	407,54
De 8 a 10	423,76	509,30	617,93	504,43
De 10 a 15	462,38	543,76	788,21	785,44
Mais de 15	1.615,13	1.733,75	1.848,36	1.822,41
2005				
Grau de escolaridade	Nordestinos			Paulistas
	Até 4 anos	De 5 a 9	Acima 10	
Menos de 4	401,54	511,36	513,18	487,25
De 4 a 7	466,49	487,49	650,61	673,86
De 8 a 10	468,96	588,14	688,32	745,34
De 10 a 15	541,56	692,03	836,22	986,54
Mais de 15	1.935,00	4.519,50	2.742,79	2.686,39

Fonte: PNAD 1995 e 2005.

No ano de 1995, todavia, a renda média dos paulistas não é superior na maioria dos níveis de escolaridade. Aliás, para todos os níveis a renda dos paulistas não ultrapassa a dos nordestinos com mais de 10 anos de permanência no estado. Resultados similares foram encontrados no estudo de Silveira Neto e Magalhães (2004), no qual os autores verificaram a importância dos diferenciais de capital humano para a diferenciação salarial existente entre nordestinos migrantes e nativos paulistas e, também, que de modo geral os migrantes apresentam renda inicial menor que os paulistas.

## 6. FATORES EXPLICATIVOS DAS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE NORDESTINOS MIGRANTES E PAULISTAS

Nesse tópico buscam-se, por meio de análises econométricas, inferências a respeito dos diferenciais salariais existentes entre os nativos paulistas e os migrantes nordestinos.

A estratégia adotada na primeira regressão foi estimar o rendimento obtido por hora no trabalho principal em função das variáveis explicativas (origem, gênero, raça, idade, nível de escolaridade, segmento de mercado e tempo de migração). Os resultados da estimação da primeira equação estão no Quadro 16 e mostram que quase todas as variáveis apresentaram significância estatística (confirme valor-p descrito). Por meio da interpretação dos coeficientes estimados, é possível concluir que os trabalhadores nativos paulistas são mais bem remunerados, comparativamente, aos trabalhadores nordestinos ocupados em São Paulo, mantendo-se constantes as demais variáveis, visto que o coeficiente estimado para 2005 foi positivo.

Os demais resultados mostraram a existência de possível discriminação salarial por gênero e raça, em que os homens recebem mais que as mulheres, uma vez que os coeficientes apresentaram sinal positivo, todavia, ao compararmos as regressões estimadas para 1995 e 2005, pode-se perceber que ocorre uma redução nos valores dos coeficientes, indicando uma redução na diferenciação salarial por gênero durante o período analisado; fato similar ocorre em favor dos trabalhadores da raça branca. No que diz respeito à questão da escolaridade, pode-se afirmar que trabalhadores com maior capital humano (medido em anos de estudo) tendem a possuir uma remuneração mais elevada, o mesmo se aplicando em relação às variáveis de classes etárias, nas quais se percebe que as idades mais elevadas estão diretamente associadas a maiores salários e que este diferencial de rendimento comparado aos indivíduos de 16 a 24 anos aumentou ao longo do período 1995/2005. Com relação à segmentação do mercado, evidencia-se que a inserção ocupacional no segmento formal da economia condiciona o trabalhador a obter maiores rendimentos.

**QUADRO 12**

Resultados da Regressão Linear – Estimação dos determinantes da renda do trabalho principal dos nativos paulistas e dos migrantes nordestinos

Variável		1995 – 2005			
		1995		2005	
		Valor Estimado	Valor-P	Valor Estimado	Valor-P
<i>(Constante)</i>		-0,688	0,001	-0,153	0,001
Nativo	Paulista	0,147	0,191	0,037	0,001
Gênero	Homem	0,367	0,001	0,270	0,001
Raça	Branca	0,125	0,001	0,153	0,001
Escolaridade	De 1 a 3	0,228	0,001	0,064	0,073
	De 4 a 7	0,509	0,001	0,240	0,001
	De 8 a 10	0,822	0,001	0,443	0,001
Idade	10+	1,448	0,001	0,976	0,001
	De 25 a 30	0,326	0,001	0,355	0,001
	De 31 a 40	0,514	0,001	0,603	0,001
	De 41 a 65	0,674	0,001	0,780	0,001
Segmento	Formal	0,125	0,001	0,217	0,001

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Na segunda regressão, buscou-se verificar se a permanência do nordestino no mercado de trabalho paulista, ou seja, se o tempo de migração é fator importante na determinação da renda do trabalho. Esse tempo de permanência no mercado representaria uma *proxy* do maior conhecimento (informação) acerca do mercado de trabalho do Estado de São Paulo, onde os custos iniciais de migração e informação do mercado já estariam sendo diluídos. Os resultados descritos no Quadro 13 para a variável tempo de permanência, em 1995, foram significativos, indicando que os migrantes nordestinos há mais de 10 anos residindo em São Paulo possuem chances maiores de obter uma renda superior quando comparados aos que estão no estado há menos de cinco anos. Resultado similar foi observado para o ano de 2005, conforme pode ser visto abaixo.

Sobre as variáveis escolaridade e idade inseridas na equação, os resultados mostraram que ambas estão diretamente associadas a níveis mais elevados de rendimento, ou seja, quanto maior a idade (ou escolaridade) do trabalhador, maior será sua remuneração.

neração salarial. Por fim, um outro fator de destaque refere-se à comprovação de que no segmento formal os trabalhadores tende a ser mais bem remunerados em relação àqueles que estão inseridos na informalidade, e que essa tendência se acentuou ao longo do período analisado.

### QUADRO 13

Resultados da regressão linear – estimação dos determinantes da renda do trabalho principal do migrante nordestino

		1995 – 2005			
Variável		1995		2005	
		Valor Estimado	Valor-P	Valor Estimado	Valor-P
<i>(Constante)</i>		-0,525	0,001	0,068	0,226
Gênero	Homem	0,404	0,001	0,250	0,001
Raça	Branca	0,140	0,001	0,078	0,001
Escolaridade	De 1 a 3	0,260	0,001	0,126	0,003
	De 4 a 7	0,415	0,001	0,243	0,001
	De 8 a 10	0,727	0,001	0,351	0,001
	10+	1,148	0,001	0,649	0,001
Idade	De 25 a 30	0,217	0,001	0,244	0,001
	De 31 a 40	0,382	0,001	0,415	0,001
	De 41 a 65	0,423	0,001	0,498	0,001
Tempo de migração	Migrante 5 a 10	0,072	0,136	0,153	0,001
	Migrante 10+	0,108	0,008	0,126	0,002
Segmento	Formal	0,039	0,131	0,190	0,001

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

## 7. CONCLUSÕES

Este artigo procurou enfatizar a questão do fluxo migratório de mão-de-obra no Brasil, especialmente sobre o progresso econômico no mercado de trabalho dos migrantes nordestinos em São Paulo. Para tal, a análise se baseou em dois grupos de indivíduos residentes no estado: um constituído por nordestinos que migraram para a Unidade da Federação, e outro formado por indivíduos que nasceram no referido estado e que nunca migraram.

As principais conclusões foram: a) a maioria dos migrantes nordestinos pertencia ao sexo feminino, tanto em 1995 como em 2005; b) as mulheres possuem em média, idades superiores às dos homens, nos dois grupos, e que o grupo composto pelos paulistas possui média inferior às dos nordestinos, tanto para homens como para mulheres;

c) ao longo do período em análise ocorreu um aumento da idade média para todos os grupos e gêneros; d) as mulheres, nos dois grupos e nos dois anos, possuem um percentual com mais de 10 anos de estudo superior ao dos homens. Também se verificou para os dois anos que o número de paulistas com mais de 10 anos de vida escolar é bem superior ao apresentado pelos nordestinos; e) há um maior percentual de nordestinos no mercado informal, sendo que aumentou na década em estudo; f) percebe-se que, tanto para 2005 como para 1995, a renda média dos nordestinos é inferior à dos paulistas. Em 2005 ela correspondia a 61,13% da renda dos Paulistas. Em 1995 era de 72,55%, ou seja, ao longo da década em estudo aumentou a diferença de salário entre a média dos nordestinos e a dos paulistas; g) os homens, apesar de possuírem um nível de escolaridade inferior, acabam por receber um rendimento superior ao das mulheres; h) à medida que os nordestinos permanecem em São Paulo, o diferencial de salário em relação aos paulistas nativos diminui; i) à medida que os indivíduos dos dois grupos elevam sua escolaridade, seus rendimentos aumentam; j) por meio do estudo econométrico, pode-se corroborar a tese da diferenciação salarial entre o trabalhador nativo de uma região mais desenvolvida e o trabalhador migrante de uma região menos desenvolvida, no caso em questão, do nativo paulista e do migrante nordestino. Os resultados estimados mostraram que essa diferença, embora possa ser explicada na maior qualificação (medida em anos de estudo) dos paulistas, tende a diminuir ao longo do tempo. Assim, quanto maior for o tempo de residência do migrante nordestino no estado de São Paulo, maior é o seu conhecimento acerca do mercado de trabalho da região, fato que possivelmente contribui para a redução da desigualdade salarial.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIAGIONI, D. *Determinantes da mobilidade por classes sociais: teoria do capital humano e a teoria da segmentação do mercado de trabalho*. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_652.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_652.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2006.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília – MCT/CNPq, 1989 (Coleção Pensamento Antropológico).

GOMES FILHO, J. F.; CORREIA, C. L. B. *Reestruturação produtiva sob a ótica da teoria da segmentação do mercado de trabalho*. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 1997. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/venc/artigos/52.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr., 1980.

MACEDO, R. *Os salários na teoria econômica*. Rio de Janeiro: IPENINPES, 1982.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Seleções CE-BRAP I*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PASTORE, José. Mobilidade social sob condições de segmentação do mercado no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 1, mar., 1981.

PIMENTEL, E. A. *Desigualdades regionais no Brasil e sua dinâmica durante a década de 1990: um estudo espacializado*. Monografia, São Paulo: USP, 2004.

PIORE, M.; SABEL, C. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

SCHULTZ, G. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

SILVA NETTO JÚNIOR, José Luís da. *Migrações interestaduais e desigualdades inter-regionais de renda no Brasil: uma análise por dados em painel no período de 1950-2000*. Dissertação de Mestrado: UFPB, 2003.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIFFERT FILHO, N. F.; SIQUEIRA, T. V. Desenvolvimento regional no Brasil: tendência e novas perspectivas. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, dez., 2001.

SILVEIRA NETO, R. M.; MAGALHÃES, A. M. O progresso econômico do migrante em São Paulo: evidências a partir dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS (ABER), 2004, Belo Horizonte. *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais*, 2004.

STIGLER, George J. *The journal of political economy*. v. 70, n. 5, Part 2: Investment in Human Beings, p. 94-105, 1962.

TARGINO, Ivan. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional. In: *Revista do Banco do Nordeste*. v. 18, n. 3, jul./set., 1987.

TAUBMAN, P.; WACHTER, M. Segmented labor markets. In: ASHENFELTER, Orley; LAYARD, Richard (Eds.). *Handbook of Labor Economics*. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, v. 2, 1986.